

## Déficit de 2017 pode ficar R\$ 20 bi menor e próximo da meta antiga

Por Fabio Graner | De Brasília

O setor público (composto por União, Estados, Municípios e empresas estatais) acumula de janeiro a novembro déficit primário de R\$ 78,26 bilhões mostrando um grande espaço para o governo cumprir a meta fiscal de deficit de R\$ 163,1 bilhões neste ano. Diante desse quadro mais "tranquilo", bem diferente do que ocorria há menos de seis meses, na área econômica do governo já se calcula que o déficit primário do ano pode ficar mais de R\$ 10 bilhões melhor do que o definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), segundo apurou o Valor.

Há chance, inclusive, segundo fonte do governo, de o déficit governo ficar até mais de R\$ 20 bilhões menor que a meta. Esse cenário aproximaria o resultado final do antigo objetivo de R\$ 143,1 bilhões para o setor público, alterado em agosto.

Apesar disso, o interlocutor defende que a mudança do alvo fiscal, na ocasião, foi correta. A visão é que, naquele momento, havia muita incerteza em torno das receitas, que vinham frustrando mês a mês, sem falar no risco envolvendo alguns recursos extraordinários, que acabaram tendo resultado positivo, como a venda das hidrelétricas que eram da Cemig e as receitas de

precatórios, que, juntas, renderam R\$ 22 bilhões.

Segundo essa fonte, o lado positivo é que o resultado primário melhor do que a meta pode atenuar a pressão das agências de risco. A equipe econômica está preocupada com o risco de mais um rebaixamento, em especial depois da frustração com a Previdência, cuja votação foi adiada.

O mesmo interlocutor faz questão de ressaltar que o resultado acima do previsto não é motivo para soltar fogos, já que ainda é um saldo negativo de mais de 2% do PIB. Além disso, o ano de 2018 começa já com a necessidade de aperto no cinto, por conta da não aprovação de várias medidas fiscais, afinal a "sobra" de 2017 que não pode ser transferida.

O chefe-adjunto do departamento de estatísticas do Banco Central, Renato Baldini, ao apresentar os dados fiscais de novembro, reconheceu que, dada a "folga" do déficit primário acumulado até novembro para a meta, o resultado do ano pode ser melhor do que o previsto. Ele evitou, contudo, projetar valores.

Para fechar o ano na meta, o déficit primário em dezembro pode chegar a R\$ 84,84 bilhões. Em dezembro do ano passado, o saldo negativo antes dos juros foi de R\$

70,37 bilhões. Ou seja, a mera repetição do último mês do ano passado já reduziria muito o saldo negativo em 12 meses, que está em R\$ 148,99 bilhões (2,29% do PIB).

Em novembro, o setor público teve déficit primário de R\$ 909 milhões, bem melhor do que os R\$ 39,141 bilhões negativos verificados em igual mês do ano passado. O resultado do mês reflete um déficit do governo central de R\$ 366 milhões, um saldo negativo de R\$ 787 milhões de Estados e municípios, e um superávit de R\$ 245 milhões das estatais.

Apesar da melhora no resultado primário, ainda que ele permaneça no terreno positivo, a conta de juros continua pesando muito nas contas do setor público. Com R\$ 29,13 bilhões de pagamento pelos encargos da dívida, o déficit nominal do conjunto dos governos e suas estatais foi de R\$ 30,04 bilhões em novembro. Um ano antes, o resultado tinha sido deficitário em R\$ 80,43 bilhões.

No ano, o gasto com juros já soma R\$ 367,51 bilhões, levando a um resultado nominal deficitário em R\$ 445,77 bilhões. Em 12 meses até novembro, o déficit nominal é de R\$ 551 bilhões, enormes 8,45% do PIB. A conta de juros, no mesmo período, soma R\$ 402,01 bilhões ou 6,17% do PIB.





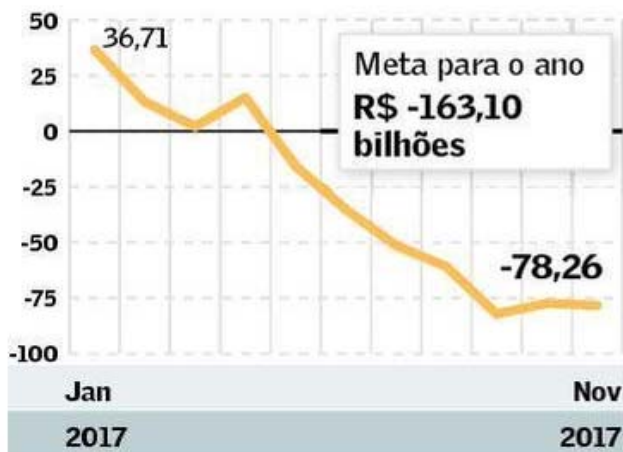
Segundo Baldini, o menor ganho com swaps cambiais neste ano é o fator que explica uma queda menos acentuada da conta de juros. Sem esses contratos que oferecem proteção contra oscilações no dólar, a despesa do setor público com juros teria caído de 444 bilhões para R\$ 376 bilhões entre 2016 e 2017. Considerando os swaps, esse gasto até novembro foi R\$ 367,5 bilhões, ante R\$ 372,5 bilhões em igual período de 2016.

Nessa comparação, os swaps geraram ganhos de R\$ 8,5 bilhões em 2017, enquanto em 2016 essa receita foi de R\$ 71,7 bilhões.

## Espaço para a meta

Resultado primário do setor público consolidado - em bilhões

### No ano



### Em 12 meses



Fonte: Banco Central

## Limites do indulto

O que houve de errado com este indulto de Natal é que o presidente Michel Temer foi no sentido contrário do escolhido pela sociedade no momento. Esta é a hora de elevar o custo da corrupção, portanto ele deveria ter seguido o conselho de não incluir os crimes do colarinho branco neste decreto. Ao fazê-lo, abriu mais uma temporada de desgastes.

A ministra Cármen Lúcia suspendeu ontem os efeitos do decreto porque no recesso coube a ela decidir sobre questões urgentes. A ministra lembrou que "se não for adotado na forma da legislação vigente transmuta-se o indulto em indolência com o crime e insensibilidade com a apreensão social que crê no direito de uma sociedade justa e na qual o erro é punido e o direito respeitado". O decreto pode acabar sendo mantido pelo plenário do STF, mas é preciso ficar claro que Temer extrapolou as prerrogativas de qualquer presidente nos indultos natalinos.

O presidente mudou os critérios, tornando-os muito mais generosos. O indulto perdoador não só a pena de prisão, de quem tiver cumprido um quinto dela, mas também o pagamento da multa a que o criminoso tiver sido condenado. Em caso de inadimplência da multa e a cobrança estiver na Dívida Ativa, ainda assim tudo será perdoado. O

presidente está decidindo pela renúncia a uma receita. O indulto alcançará o criminoso mesmo que ele esteja, no momento, respondendo por outro crime. O ministro da Justiça Torquato Jardim explicou, quando divulgou o decreto, que o presidente Temer é mais liberal em Direito e achou que este era o momento de tomar essa decisão.

Pode defender essa corrente liberal como jurista, mas como presidente precisa observar certos limites. Ao incluir os crimes do colarinho branco, atropelou o trabalho que a sociedade brasileira tem feito nos últimos anos de combater os crimes contra a administração pública. Este é o momento em que o Brasil está enfrentando este problema. O que Temer fez, ao incluir condenados por corrupção, foi invalidar parte deste esforço nacional. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, na Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o decreto do indulto natalino argumentou que, ao reduzir para um quinto da pena a exigência para a entrada no benefício, o Executivo passou a legislar sobre direito penal.

Segundo a PGR, o indulto extingue 80% da pena e não dá "a razão de fato e de direito para justificar os benefícios concedidos". O ministro Torquato Jardim argumentou, em artigo, que o decreto

só tem efeito sobre os condenados até 25 de dezembro, portanto não é contra a Lava-Jato e não terá efeito no futuro. Mas a PGR entendeu que há esse risco porque no artigo 11 está escrito que o indulto cabe mesmo se houver, posteriormente, recurso da acusação de qualquer natureza após apreciação em segunda instância. E mesmo que "a pessoa condenada responda a outro processo criminal sem decisão condenatória em segunda instância".

Ficou claro que o indulto foi mais um ato, dos muitos dos últimos tempos, que tenta enfraquecer a luta contra a corrupção. Ainda que os condenados nas operações anticorrupção sejam poucos no universo dos que estão recolhidos ao sistema prisional por crime comum, o endereçamento fica evidente nos detalhes do decreto. "Não há dúvida jurídica de que o indulto é ato discricionário e privativo do presidente da República", afirma a Procuradoria-Geral da República, na sua ação ao Supremo que ontem recebeu medida cautelar, e acrescenta:

"Todavia, discricionariedade não é arbitrariedade". Ele pode conceder indulto, não pode "extinguir penas indiscriminadamente". Foi essa a confusão feita pelo presidente neste decreto, que é concedido todos os anos por todos os governantes. Desta vez, Temer foi contra tudo o





que está sendo valorizado pela sociedade e ampliou tanto o alcance do seu perdão que pode ter desrespeitado a própria Constituição.

---

O ministro do Planejamento Dyogo Oliveira disse que foi contra a concessão de ajuda financeira ao estado do Rio Grande do Norte para que o governo pagasse salários. Explicou que se posicionou contra, no diálogo interno do governo, porque a concessão fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e abriria um precedente.

## BC: dívida pode subir a 80% do PIB

Patamar afastaria investidor e será alcançado se BNDES não devolver R\$ 130 bilhões

BÁRBARA NASCIMENTO

-BRASÍLIA- A dívida bruta do governo — principal indicador de solvência acompanhado pelos investidores internacionais — pode chegar a 79,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, se o BNDES não devolver antecipadamente ao Tesouro Nacional R\$ 130 bilhões que foram emprestados à instituição nos últimos anos. A projeção foi apresentada ontem pelo Banco Central (BC).

O nível da dívida perto de 80% do PIB é considerado arriscado pela equipe econômica, já que as agências de classificação de risco consideram esse patamar para a dívida bruta como referência para economias emergentes. Ao ultrapassar essa marca, um país pode se tornar um mercado de risco para os investidores. Se o BNDES devolver os recursos, a dívida bruta ficará menor e encerrará o ano que vem em 78% do PIB. De acordo com o BC, o endividamento bruto ficou estável entre outubro e novembro, em 74,4% do PIB. Para dezembro, a projeção é que o número chegue a 76,1%.

DÉFICIT DE R\$ 909 MILHÕES EM NOVEMBRO

O pagamento antecipado do banco de fomento ao Tesouro está previsto no Orçamento de 2018, mas a operação ainda está sendo negociada. O comando do BNDES alega que a devolução de R\$ 130 bilhões pode afetar a capacidade da instituição de conceder empréstimos. Já o Tesouro defende que o BNDES precisa reduzir sua participação no mercado e emprestar recursos de maneira mais direcionada. Os valores devolvidos são usados para abater o endividamento. Em meio a essa disputa, o BC preferiu divulgar as projeções para a dívida bruta com e sem o pré-pagamento do BNDES.

— Essa (devolução) é uma decisão política que não cabe ao BC. A gente achou que era importante apresentar os dois cenários — disse o chefe-adjunto do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Renato Baldini. Após apresentar resultado positivo em outubro, as contas públicas voltaram para o vermelho. O setor público consolidado, formado por governo federal, estados, municípios e estaduais, encerrou novembro com um déficit de R\$ 909 milhões.

Esse, contudo, foi o melhor

desempenho para o mês desde 2013. No ano, o rombo acumulado é de R\$ 78,261 bilhões ou 1,31% do PIB. A equipe econômica fixou para o ano uma meta de déficit primário de R\$ 163,1 bilhões para o setor público. A maior parcela é relativa ao governo central (que reúne Previdência Social, Banco Central e Tesouro Nacional): um resultado negativo de R\$ 159 bilhões.

BNDES RENEGOCIA DÍVIDA DE R\$ 1,2 BI DE MINAS

Em 12 meses, o déficit do setor público está acumulado em R\$ 148,9 bilhões ou 2,29% do PIB. Segundo Baldini, apesar de dezembro concentrar muitos gastos, o que aumenta o rombo das contas públicas, há hoje uma distância grande entre a meta e os resultados apresentados até agora. Por isso, ele não descartou que as contas possam terminar o ano com um desempenho melhor do que o esperado: — É fato que você tem uma distância grande. Pode ser que tenha um resultado melhor do que o previsto tanto no resultado dos estados quanto no setor público como um todo.

Enquanto trata com o governo a devolução de R\$ 130 bilhões, o BNDES renegociou R\$ 1,2 bilhão de Minas Gerais. A operação foi realizada com base no Plano de





Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, aprovado no fim do ano passado, incluindo as dívidas dos estados com o BNDES. Com a renegociação, Minas ganhou mais dez anos para pagar, incluindo um prazo de carência de quatro anos.

Segundo comunicado do banco, a dívida renegociada corresponde a dois empréstimos: R\$ 1,1 bilhão do Proinveste e R\$ 88,8 milhões do Programa Emergencial de Financiamento. Segundo o banco, com Minas Gerais, agora, são 14 os estados que tiveram suas dívidas renegociadas com o banco, totalizando R\$ 9 bilhões.

## Universidade pública, gratuita e de qualidade

GABRIEL BERÉ, MARIANNA DIAS E SERGIO KOBAYASHI

Em meio à grave crise econômica, é comum que surjam discussões a respeito do orçamento público. Muitas são as medidas que, no último período, transformam direitos em gastos excessivos: a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos nos próximos 20 anos; a reforma trabalhista; a reforma da Previdência etc.

A educação superior pública e gratuita também está sob ameaça. Com problemas de financiamento, diretamente ligados à crise econômica, muitas universidades têm dificuldades em cobrir seus gastos.

Somam-se a isso as investidas da PF e Ministério Público contra as direções universitárias da UFMG e UFSC, esta última levando ao suicídio o ex-reitor Luiz Carlos Cancellier. Sob o pretexto do combate à corrupção, atacam a presunção da inocência e fortalecem o discurso daqueles que tentam deslegitimar as universidades públicas. Apesar disso, dentre as 30 melhores universidades do país, 28 são públicas, segundo ranking da própria Folha.

Nesse contexto, esta Folha

lançou editorial em defesa da cobrança de mensalidades para estudantes de USP, Unicamp e Unesp como forma alternativa de financiamento. Proposta antiga, que remete ao período do regime militar com os Acordos MEC-Usaid (agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional).

Para discutirmos a crise de financiamento dessas universidades, é indispensável lembrarmos que sua principal receita advém do ICMS, imposto regressivo e que perpetua desigualdades. Também é preciso pensar mecanismos que deixem o orçamento menos sujeito às flutuações econômicas.

Repensar o financiamento da universidade por meio de uma reforma tributária progressiva, onde quem tem mais pague mais e quem tem menos pague menos é parte deste processo. A democratização do acesso por meio das cotas sociais e raciais e a garantia de instrumentos de permanência para esses estudantes são também essenciais na concretização do projeto de universidade pública que defendemos.

O discurso simplista de redução

de desigualdades a partir da cobrança de mensalidades esconde um projeto de Estado, uma vez que essa alteração não acabaria com as injustiças históricas que se perpetuam no país, e teria até mesmo um efeito contrário. A resposta a qualquer período de dificuldade financeira passará a ser sempre a extensão da cobrança a ponto de se tornar barreira para a permanência de parte dos alunos.

É preciso pensar que o perfil dos estudantes de universidades públicas mudou nos últimos anos: atualmente, 85% têm renda familiar de até 3 salários mínimos.

Entendemos que é essencial aumentar o diálogo e a participação da sociedade nas instituições públicas de ensino. Apesar de o Datafolha apresentar que 57% da população paulista são contra a cobrança de mensalidades e que 55% achem o ensino dessas universidades bom ou ótimo, é preciso ir além.

Consagrada na Constituição, a gratuidade do ensino superior faz parte de um entendimento mais amplo do papel da universidade pública. Sua função não é só formar





alunos para o mercado de trabalho.

Não se trata, portanto, de defender privilégios. A luta contra a cobrança de mensalidades e pelo fortalecimento das universidades públicas é uma luta em defesa do país que queremos: justo, soberano e democrático.

GABRIEL BERÉ, estudante da Faculdade de Direito da USP, é diretor do DCE-Livre (Diretório Central dos Estudantes) da USP - Alexandre Vannucchi Leme

MARIANNA DIAS é presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes)

SERGIO (KYO) KOBAYASHI, mestrando em Teorias do Texto e do Discurso, é diretor do DCE-Livre da USP



## Maus sinais na política fiscal

A melhora expressiva da arrecadação tributária federal em novembro, quando cresceu 9,49% em termos reais na comparação com novembro de 2016, assegurou alguma folga financeira imediata para os órgãos federais. Mas o alívio será efêmero. Decisões tomadas pelo Poder Judiciário e outras adiadas pelo Congresso Nacional não deixam dúvidas de que, a despeito do aquecimento da atividade econômica – que se expressa no aumento da receita –, 2018 começará com um quadro fiscal pior do que tem sido ao longo de 2017.

Logo nos primeiros dias de 2018 o governo terá de decidir onde vai cortar gastos para evitar que o déficit primário comece a crescer e ultrapasse o limite de R\$ 159 bilhões. A Lei Orçamentária Anual para 2018 aprovada pelo Congresso prevê um déficit primário de R\$ 157 bilhões, ligeiramente inferior ao limite definido anteriormente pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Mas esse resultado só seria assegurado caso os parlamentares tivessem aprovado medidas que asseguram receita adicional de R\$ 21,4 bilhões no próximo exercício.

Propostas de iniciativa do Executivo destinadas a aumentar a arrecadação em 2018 tiveram sua tramitação prejudicada durante as negociações da reforma previdenciária, considerada prioritária pelo Palácio do Planalto, pela confiança que instilaria nos agentes econômicos. O ano está prestes a terminar sem a votação da reforma da Previdência nem das medidas necessárias para assegurar o cumprimento das metas fiscais para o próximo exercício. Da receita adicional esperada pelo Executivo em 2018, R\$ 6 bilhões viriam da tributação de fundos exclusivos prevista em medida provisória (MP) não votada pelo Congresso a tempo de permitir a cobrança em 2018.

Mesmo que o governo edite nova MP, a cobrança só poderá ser feita em 2019. Já o projeto de lei que acaba com a desoneração da folha de pagamento para alguns setores – e corrige grave equívoco do governo Dilma Rousseff, que impôs severas perdas ao Tesouro sem

estimular a atividade no ritmo prometido pelas autoridades – está praticamente parado na Câmara dos Deputados. Por decisão liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, foi suspensa a medida provisória que adiava para 2019 o reajuste dos servidores federais previsto para 2018 e elevava de 11% para 14% a contribuição dos funcionários ativos e inativos que ganham mais de R\$ 5,3 mil.

Essas duas medidas teriam um impacto de R\$ 6,6 bilhões no próximo exercício. Parte da quebra de arrecadação em relação ao valor estimado originalmente no Orçamento para 2018 poderá ser compensada pela melhora observada nos últimos meses em razão do crescimento da economia. Em novembro, as receitas especiais decorrentes do programa de parcelamento de dívidas tributárias e do aumento da alíquota do PIS/Cofins sobre combustíveis somaram-se aos efeitos da melhora da atividade econômica, propiciando o ingresso de R\$ 115,1 bilhões nos cofres do Tesouro, no melhor desempenho para o mês desde 2014.

A receita acumulada nos 11 primeiros meses do ano, de R\$ 1,204 trilhão, é 0,13% maior, em valores reais, do que a do período janeiro-novembro de 2016. Ou seja, em termos acumulados, ainda é lenta a recuperação da receita. "A capacidade de recompor medidas para o Orçamento de 2018 é pequena", reconheceu o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Assim, o ajuste terá de ser feito com o corte de despesas. Se em 2017 muitos órgãos públicos tiveram dificuldades para manter suas atividades por causa do bloqueio de verbas necessário para conter o déficit público, 2018 poderá ser pior, pelo menos enquanto não se encontrar uma solução para a quebra da arrecadação que era considerada certa.

O espaço para corte nas chamadas despesas discricionárias é pequeno. Pode-se prever que o ajuste terá de ser feito em boa parte com o corte de investimentos para expansão e melhoria dos serviços públicos. Perde o País, que precisa desses serviços.

## Contas melhoram, mas dívida preocupa

As contas públicas terão um espaço confortável em dezembro para cumprir a meta fiscal deste ano, que é de déficit de até R\$ 163,1 bilhões — contando governos federal, estadual e municipal e empresas estatais. O Banco Central informou, ontem, que o saldo negativo de janeiro a novembro foi de R\$ 78,3 bilhões, abrindo um hiato de quase R\$ 85 bilhões no último mês do ano. Em novembro, o déficit foi de R\$ 909 milhões, o melhor resultado desde 2013. Apesar dos números favoráveis, a dívida pública está crescendo rapidamente, o que pode ocasionar o rebaixamento da nota de crédito do Brasil por agências de classificação de risco, o que tornaria mais cara a tomada de créditos externos pelo governo e empresas brasileiras.

No mês passado, o endividamento total correspondia a 74,4% do Produto Interno Bruto (PIB), mas deve alcançar 76,1% do PIB em dezembro, o maior nível da história. Com o adiamento da reforma da Previdência Social, as pendências financeiras devem subir. O BC trabalha com dois cenários para 2018: o primeiro prevê que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) restitua ao Tesouro Nacional R\$ 130 bilhões dos adiantamentos que recebeu nos últimos anos para turbinar os financiamentos. Nesse caso, a

dívida bruta terminará 2018 em 78% do PIB.

No segundo cenário, os pagamentos não são realizados e a dívida sobe para 79,8% do PIB, beirando os 80% que acionam os alertas das agências de risco. “É evidente que de 79% para 80% o quadro não muda muito”, disse Renato Baldini, chefe adjunto do Departamento de Estatística do Banco Central. “O número de 79% já é ruim o suficiente”, completou. A Standard & Poor’s pode anunciar nesta semana o rebaixamento da nota de crédito do país.

Segundo Baldini, a elevação da dívida é um mau sinal para a economia e para investidores. “Mas o governo tem adotado medidas para conter a elevação do endividamento e obter o resultado primário superavitário ao longo do tempo”, apontou.

Fábio Klein, economista da consultoria Tendências, afirmou que, sem a aprovação da reforma da Previdência Social, que responde por mais de 50% dos gastos do orçamento, o cenário é preocupante. “Apesar de os juros terem caído no Brasil, a taxa média é maior do que em outros países, o que eleva o gasto com a dívida. Nosso cenário de longo prazo é de que o endividamento bruto chegue a 83% do PIB em 2023”, afirmou.

De acordo com o BC, a dívida líquida subiu para R\$ 3,33 trilhões em novembro, alcançando 51,1% do PIB. O resultado é o maior desde agosto de 2004, quando atingiu 51,4% da atividade econômica. A dívida líquida contabiliza, também, reservas internacionais e outros ativos do país, que rondam os US\$ 370 bilhões.

### Receitas

Com o resultado de novembro, a meta fiscal de 2017 está praticamente garantida. O governo federal foi beneficiado com receitas extraordinárias, como leilões das usinas hidrelétricas, que somaram R\$ 12,1 bilhões aos cofres públicos no mês passado. Além disso, a melhora na atividade econômica incrementou a arrecadação. “Consideramos que a meta será cumprida. Há uma distância grande, e pode ser que haja um resultado melhor do que o previsto, tanto para estados e municípios quanto para o setor público como um todo”, declarou Renato Baldini.

Fábio Klein destacou também que as contas dos governos regionais contribuíram para o maior espaço para o cumprimento da meta fiscal. De janeiro a novembro, os estados tiveram superavit de R\$ 17,2 bilhões, frente aos R\$ 10,7 bilhões no mesmo período do ano passado. “Dado que a meta deste ano é parecida com a de 2016, só este ganho já dá R\$ 7





bilhões a mais”, destacou. “No começo do ano, não se tinha uma perspectiva de recuperação tão forte das receitas, tanto que o governo vem liberando parte dos recursos que estavam retidos no orçamento. À medida que a arrecadação foi reagindo, criou-se alívio nas contas, ainda mais com os ganhos do Refis (Programa de Regularização Tributária) e ampliação da meta”, destacou.

Quando as despesas com os juros da dívida pública são incluídas no balanço de novembro, as contas do setor público ficam negativas em R\$ 445 bilhões, o que equivale a 7,5% do Produto Interno Bruto. Em 12 meses, o rombo é ainda mais representativo: R\$ 551 bilhões, ou 8,45% do PIB.

Para o economista-chefe e sócio da Modal Mais, Álvaro Bandeira, o cenário fiscal de 2018 é o que mais preocupa. De acordo com ele, o governo corre o risco de não fechar o ano com o rombo previsto, de R\$ 159 bilhões. “Sem a aprovação da reforma da Previdência, podem aumentar o endividamento, a inflação, os juros e o desemprego. É preciso fazer uma reforma, mesmo que desidratada e magra, porque ela é um divisor de águas e sinaliza que o país não quer crescer num voo de galinha”, disse.

## Meta garantida

Com o resultado primário positivo de R\$ 78,3 bilhões no acumulado do ano, analistas esperam que as contas públicas consolidadas fechem 2017 com folga de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões em relação à meta, de R\$ 163 bilhões

### Mês favorável

Em novembro, as contas públicas registraram o melhor resultado desde 2013.

Referência	Resultado primário (R\$ milhões)
Governo Central	-366
Governos regionais	-787
Empresas estatais	245
Setor público consolidado	-909

### Folga

O governo federal tem espaço de R\$ 84,7 bilhões para cumprir a meta anual de déficit de R\$ 163 bilhões — incluindo estados, municípios e estatais. 2017 (em R\$ bilhões)



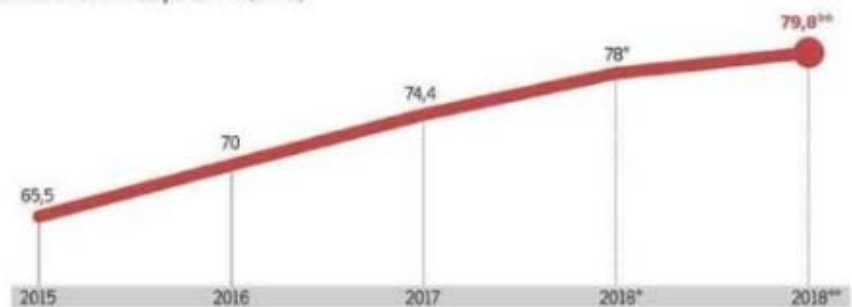
### Melhora regional

Os estados e as empresas estatais foram responsáveis pelo resultado positivo no ano, obtendo superávits de R\$ 17,18 bilhões e de R\$ 829 milhões, respectivamente, reduzindo as perdas do setor público consolidado.

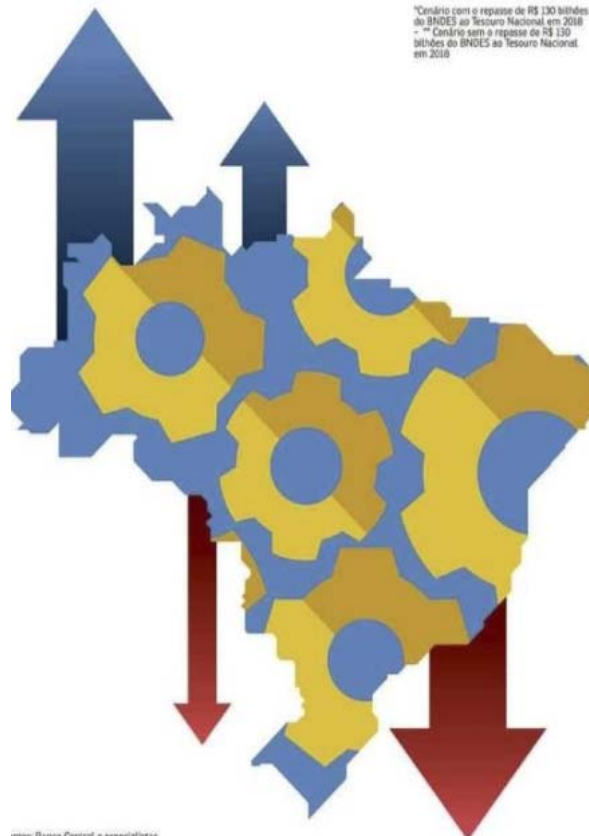
### Alerta

Apesar da melhora nas contas, o crescimento da dívida pública preocupa o governo e analistas. Por causa do alto endividamento, agências de risco podem rebaixar a nota de crédito do Brasil.

Dívida bruta em relação ao PIB (Em %)



\* Cenário com o repasse de R\$ 130 bilhões do BNDES ao Tesouro Nacional em 2018  
 \*\* Cenário sem o repasse de R\$ 130 bilhões do BNDES ao Tesouro Nacional em 2018



## Governo vai focar em ferrovias

Com muitos gargalos em infraestrutura, o Brasil oferece oportunidades nas áreas de logística e transportes, energia, telecomunicações, saneamento e petróleo e gás. É nisso que aposta o governo para concretizar a retomada do investimento, fundamental para o crescimento sustentável do país. Não à toa, o Programa Avançar Parcerias, que já promoveu 70 concessões e privatizações que garantirão aporte de capital privado da ordem de R\$ 142 bilhões nas próximas décadas, elenca outros 75 projetos que poderão representar mais R\$ 132,7 bilhões em investimentos em infraestrutura. Especialistas alertam, contudo, que, por 2018 ser um ano eleitoral, muita coisa corre o risco de ficar para 2019.

O ministro Wellington Moreira Franco, secretário-geral da Presidência da República e responsável pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), agora chamado Avançar Parcerias, garante que o projeto se mostrou, no curto espaço de tempo de 18 meses, um dos pilares para a retomada do crescimento econômico. “Já realizamos entregas importantes, de aeroportos, portos, óleo e gás e energia. Em 2018, vamos focar em ferrovias, porque precisamos dar condições para o setor do agronegócio crescer sem perder competitividade”, promete.

O índice de realização das concessões é celebrado pelo secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcelos. “O desafio é grande. Mas nosso foco é fazer tudo o que foi prometido, ou seja, entregar todos os empreendimentos que foram qualificados no programa. Para 2018, o objetivo é priorizar as licitações de ferrovias. Teremos, já no primeiro trimestre, a Ferrovia Norte-Sul. A consulta pública da Ferrogrão foi estendida um pouco, mas vai sair, assim como a Fiol”, garante (veja os projetos previstos pelo PPI no quadro ao lado).

Vasconcelos ressalta que, em 2017, as concessões do setor portuário deslancharam. “O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou mais seis blocos, que vão sair no primeiro trimestre de 2018”, diz. O secretário conta que os leilões da área de energia mostraram que o Brasil recuperou a credibilidade. “O índice de realização no caso de linhas de transmissão era abaixo de 30%. No penúltimo leilão, foi de 97% e, no mais recente, de 100%”, diz.

Apesar de destacar o sucesso no setor de energia em 2017, Vasconcelos reconhece que o maior desafio ficou para 2018: a privatização da Eletrobras. “O processo está sendo bem conduzido pelos ministros Dyogo (Oliveira, do Planejamento) e Fernando (Coelho Filho, de Minas e Energia). Não podemos repassar todas as ações

para a sociedade a todo momento, mas vamos avançar”, assegura.

O secretário aponta que o governo Temer deixará para o próximo ocupante do Palácio do Planalto uma boa governança e coordenação eficiente no setor de infraestrutura. “Independentemente de quem venha a ser o próximo presidente, está claro que o país não tem mais recursos para investir em infraestrutura. O governo tem que focar em educação, saúde e segurança. Precisamos da iniciativa privada para tornar o Brasil competitivo”, diz. “O principal legado é que é possível fazer concessões importantes sem grandes empreiteiras”, sentencia.

Na opinião de Wagner Cardoso, gerente executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil avançou no setor, com a mudança de marcos legais que tornaram as concessões mais atrativas. “O destaque é a reativação do setor de petróleo e gás. Já houve bons leilões e teremos outras rodadas em março e junho”, destaca. “O que é licitado hoje vai gerar óleo em sete anos, mas antes disso ocorrem investimentos. Esse setor tem enorme capacidade de alavancar recursos”, pondera.

### Expectativas

Cardoso assinala que 2018 vai trazer à tona uma discussão muito





importante na área. “Há um projeto do governo, que deve ser discutido pelo Congresso, para ampliar a participação do gás natural na matriz energética, quebrar monopólio, compartilhar dutos, expandir importação. O setor privado precisa disso”, destaca.

O especialista da CNI admite que a privatização da Eletrobras talvez não ocorra em 2018. “Já avançamos só de colocar isso na mesa. E a privatização de seis distribuidoras da Eletrobras que dão prejuízo está garantida. São altamente ineficientes e sofrem com intervenção política. Sem as subsidiárias, o grupo fica mais atrativo”, opina. No entanto, Cardoso alerta para a necessidade de o governo enviar o novo modelo do setor elétrico ao Congresso. “Se quiser celeridade, precisa mandar no início do ano, no máximo, até abril. Depois disso, os parlamentares saem para fazer campanha”, afirma.

Transporte e saneamento básico são os patinhos feios da infraestrutura, brinca Cardoso. “Há apenas três estradas que devem ser concedidas pelo PPI. Há previsão de antecipar a prorrogação de concessões ferroviárias, mas as obras só vão gerar emprego em 2019”, estima. O atraso deve ocorrer por conta de decisões do TCU que já foram contrárias às antecipações. “É preciso, primeiro, regulamentar o direito de passagem, para depois assinar as prorrogações.”

Para o Brasil ganhar competitividade nas exportações, precisa de portos. “Em termos de eficiência, os terminais operados pela iniciativa privada são excelentes. Os

públicos, arrendados, estão em nível mundial. O que precisa melhorar é a administração portuária, porque é pública”, lamenta o gerente de Infraestrutura da CNI. Neste aspecto, o governo avançou ao sinalizar com a primeira privatização de uma Companhia Doca, no Espírito Santo. “Vitória vai ser o embrião, mas temos 37 portos que sofrem interferência política. Isso é um problema, porque é preciso pensar a infraestrutura para 40 anos e não para o período de um governo. Quando o síndico é público e vai sair em dois anos, não se preocupa de resolver gargalos”, avalia.

Hoje, o Brasil não tem capacidade de receber os navios mais modernos, de 19 mil TEUs (Twenty Foot Equivalent Unit, unidade equivalente de transporte, na sigla em inglês). Como faltam dragagem para aumentar a profundidade, comprimento de cais e acesso marítimo para grandes embarcações nos portos, o país está limitado a receber navios de 9 mil TEUs. “Por enquanto, foram feitos apenas arrendamentos de terminais de uso privado, que já são eficientes”, comenta Cardoso.

“Independentemente de quem venha a ser o próximo presidente, está claro que o país não tem mais recursos para investir em infraestrutura. O governo tem que focar em educação, saúde e segurança. Precisamos da iniciativa privada para tornar o Brasil competitivo”

Adalberto Vasconcelos,  
secretário especial do PPI





## Gargalos

Brasil precisa de mais investimentos em infraestrutura para aumentar competitividade

### INVESTIMENTO BAIXO

■ O Brasil investe R\$ 132 bilhões por ano, em média, em infraestrutura

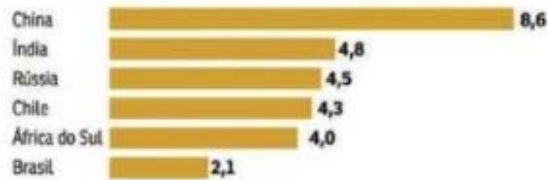
■ Ao menos 5% do seu Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 313 bilhões por ano, deveriam ser investidos

■ Deficit anual de R\$ 181 bilhões em infraestrutura, cuja demanda disparou

### COMPARAÇÃO

Patinho feio, o Brasil aplica muito menos do que os demais países no setor

#### Investimento (em % do PIB)



### DEMANDA

Apesar do crescimento exponencial em uma década, crise reduziu a demanda

Infraestrutura	2006	2016	Crescimento médio anual (2006-2016)	Varição (2016/2015)
Tráfego aéreo (milhões de passageiros)	46,7	96,1	7%	-7%
Tráfego em rodovias pedagiadas (milhões de veículos)	657	1.775	10%	2%
Volume de comércio nos portos (milhões de toneladas)	693	998	4%	-1%
Movimentação de contêiner (milhões de TEUs)	6,1	6,8	4%	-4%
Safra de grãos (milhões de toneladas)	131,7	186,6	4%	-10%
Corrente de comércio (US\$ bilhões)	220,1	322,8	3%	-19%
Consumo de energia elétrica (em terawatts/hora)	352,7	450,6	3%	-3%

### PETRÓLEO E GÁS

Setor estava parado desde Campo de Libra, mas rodadas foram retomadas em 2017

#### Previsão

Mais leilões devem sair do papel em 2018 e 2019

4ª Rodada de partilha de produção do pré-sal	1º semestre de 2018
15ª Rodada de blocos exploratórios de petróleo e gás natural	1º semestre de 2018
5ª Rodada de acumulações marginais	1º semestre de 2018
5ª Rodada de partilha de produção do pré-sal	2º semestre de 2019
16ª Rodada de blocos exploratórios de petróleo e gás natural	2º semestre de 2019
6ª Rodada de acumulações marginais	2º semestre de 2019





### ENERGIA ELÉTRICA

Os leilões de 2017 foram bem-sucedidos, mas ainda há muita coisa a ser feita

- A privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobras (Acre, Amazonas, Roraima, Piauí, Alagoas e Rondônia) estavam previstas para o quarto trimestre de 2017 e ficaram para 2018
- A venda da Eletrobras está prevista para 2018, mas, por ser ano eleitoral, especialistas acham difícil que saia antes de 2019
- Há previsão de concessão de 14 hidrelétricas da Eletrobras (Coaracy Nunes, Boa Esperança, Araras, Complexo Paulo Afonso, Xingó, Luiz Gonzaga, Corumbá I, Marimbondo, Luiz Carlos Barreto, Funil, Funil, Pedra, Furnas, Porto Colômbia).

#### Sem definição

- Setor elétrico aguarda novo modelo regulatório



### TRANSPORTES

Há projetos de concessão em todos os modais, mas pouco deve avançar em ferrovias e portos

#### Aeroportos

- Concessão de 13 aeroportos (Maceió/AL; João Pessoa/PB; Aracaju/SE; Juazeiro do Norte/CE; Campina Grande/PB; Recife/PE; Várzea Grande/MT; Rondonópolis/MT; Sinop/MT; Alta Floresta/MT; Barra do Garça/MT; Vitória/ES e Macaé/RS)
- Quatro alienações de infraestrutura nos aeroportos concedidos de Brasília, Confins, Galeão e Guarulhos
- Parceria público-privada (PPP) com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea)



### PORTOS

Governo iniciou estudos para a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo e prevê mais concessões:

Celulose de Paranaguá	PR	1º trimestre de 2018
Veículos de Paranaguá	PR	1º trimestre de 2018
GLP de Miramar no Porto de Belém	PA	1º trimestre de 2018
Carga Geral de Santana	AP	1º semestre de 2018
Granel Líquido de Vila do Conde	PA	3º trimestre de 2018
Granel Líquido no Porto de Belém	PA	3º trimestre de 2018
3 terminais de Grãos em Paranaguá	PR	3º trimestre de 2018
Granel Líquido em Vitória	ES	3º trimestre de 2018



### RODOVIAS

Há quatro concessões rodoviárias previstas e outras 16 em estudo para novas licitações

Rodovia	Previsão	Extensão	Volume diário de veículos
BR-101/290/386/448/SC/RS	1º trimestre de 2018	473km	17,6 mil
BR-101/SC	1º semestre de 2018	220km	24 mil
BR-364/MT-RD	2º semestre de 2018	806km	6,4 mil
BR-364/365/GO-MG	3º trimestre de 2018	437km	4,4 mil



### FERROVIAS

Três trechos de ferrovias previstos para o segundo semestre de 2018

Ferroviário	Ferrovia Norte-Sul	Ferrovia Oeste-Leste (Fiol)
Extensão: <b>1.142km</b> Lucas do Rio Verde (GO) a Mirituba (PA)	Extensão: <b>1.537km</b> ■ Trecho construído de Porto Nacional(TO) a Anápolis (GO): <b>855km</b> ■ De ouro Verde (GO) a Estrela do Oeste (SP): <b>682km</b>	Extensão: <b>537km</b> Ilhéus (BA) a Caetité (BA)

- Inicialmente previsto para 2017, o leilão de trecho da Ferrovia Norte-Sul ficou para 2018
- Governo editou uma medida provisória (MP) para antecipar a prorrogação de concessões de várias ferrovias, que projetam investir, mas órgãos de controle ainda debatem quais poderão usar o benefício

Fonte: Elaboração da Confederação Nacional da Indústria com dados do governo

## Esperança em PPPs

Além das grandes obras de infraestrutura, na sua maioria viabilizadas via concessões ou privatizações, o governo Michel Temer prometeu acelerar as parcerias público privadas (PPPs), mas pouco saiu do papel em 2017. Para o novo ano, alguns investidores privados estão animados com as possibilidades de PPPs e com a retomada de projetos paralisados pela crise.

Para José Fernando Rodrigues, presidente da Opersan, empresa especializada em soluções ambientais para o tratamento de efluentes e reutilização da água, o modelo de PPP é o futuro para cobrir o déficit na área. “No que diz respeito à indústria, 2017 foi um ano de muitas dificuldades de mercado, com as empresas operando com alta capacidade ociosa e sem ânimo para investir”, aponta.

O empresário, no entanto, percebeu uma mudança a partir do segundo semestre. “Voltou o interesse de as companhias investirem em infraestrutura. Estão ampliando os projetos, as demandas começaram a surgir. Parece que a roda voltou a girar”, estima. A Opersan garante ter apetite para fazer investimentos em projetos de

R\$ 50 milhões ou mais. “O mundo corporativo está trabalhando com os ajustes finais, reforma da Previdência e agenda microeconômica, para o país avançar nas regulamentações e o empresário voltar a acreditar”, afirma.

Na área de telecomunicações, há muito o que construir. O presidente da Odata, Ricardo Alário, explica que o Brasil é muito carente por ter passado muito tempo sem grandes investimentos no setor. “O mundo evoluiu. A necessidade de colocar as informações na nuvem é cada vez maior e o investimento para implantar redes é considerável”, destaca.

Com a migração da tecnologia de informação para a nuvem, os data centers, principal foco da Odata, são cada vez mais necessários. “Ao redor do mundo, isso ocorre com velocidade muito acelerada. O que não acontece no Brasil”, lamenta. Nos últimos dois anos, diz ele, houve desaceleração de possíveis investimentos. “Ficou tudo engavetado. Por outro lado, o Brasil é ágil e podemos compensar o atraso”, aposta.

Alário avalia que as empresas começaram a retomar seus projetos

a partir de setembro. “Estamos esperando uma tomada de decisão em 2018. A mudança de ambiente já começou. A esperança é que, em 2019, a infraestrutura vai deslanchar a partir dessas decisões. O Brasil está no caminho certo para destravar o setor”, projeta. (SK)

### Ano eleitoral

O ano eleitoral vai impor limitações às ambições do governo de emplacar todos os projetos de parceria. No entender de Fernando Marcondes, especialista em infraestrutura do escritório L.O. Baptista, o governo Michel Temer talvez não tenha força política para fazer a privatização da Eletrobras. “Não sei se consegue fazer as rodadas de petróleo. As rodovias que estão no programa são as menos atrativas. Ainda falta regulamentar ferrovias e portos, que podem ficar para 2019. Além disso, o cenário político não ajuda. O investidor vai esperar as incertezas passarem para tomar decisões”, enumera. Para Miguel Neto, sócio sênior do Miguel Neto Advogados, o governo terá de agir no primeiro quadrimestre. “Qualquer licitação de leilão tem que ser nesse período, depois fica proibido de fazer”, esclarece.